

OBJETIVO 0255

Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional.

Caracterização

Este objetivo envolve a criação e o fortalecimento dos sistemas nacionais de promoção dos direitos da pessoa em situação de rua, da pessoa idosa, LGBT bem como do fortalecimento das políticas nacionais de saúde mental e diversidade religiosa. A universalização do registro civil de nascimento também é uma meta fundamental uma vez que sua consecução possibilita o acesso de todos a direitos previstos em lei. A partir da consolidação destas redes diversificadas, poderá ser constituído e implementado o Sistema Nacional de Direitos Humanos o qual deverá envolver parcerias entre atores governamentais, empresas públicas e estatais e organizações da sociedade civil em todos os níveis federativos em prol do fortalecimento das políticas públicas interdependentes e relacionáveis em direitos humanos no Brasil.

Neste sentido, se buscará potencializar as diversas parcerias já realizadas para a promoção dos direitos humanos como a ampliação e o fortalecimento da rede dos Centros de Referência em Direitos Humanos e a articulação com os diversos comitês estaduais e municipais de direitos e com os gestores públicos que atuam no âmbito das políticas de direitos humanos.

É preciso, ainda, considerar que a assimilação e o empoderamento dos direitos humanos pela sociedade civil deverão ser fomentados pela educação em direitos humanos nas dimensões formal e informal. A instituição do Programa de Direitos Humanos -

PNDH-3, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH e das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos foram marcos importantes neste processo.

Para o próximo quadriênio, alinhadas às estratégias governamentais da “Pátria Educadora”, a educação em direitos humanos, como força motriz de emancipação social, possuirá papel fundamental na promoção dos direitos humanos. Buscar-se-á, neste sentido, tanto a qualificação dos profissionais que atuam na proteção, promoção e defesa dos direitos humanos quanto a sensibilização da população e das instituições públicas para a consolidação de seus valores como práticas de cidadania.